



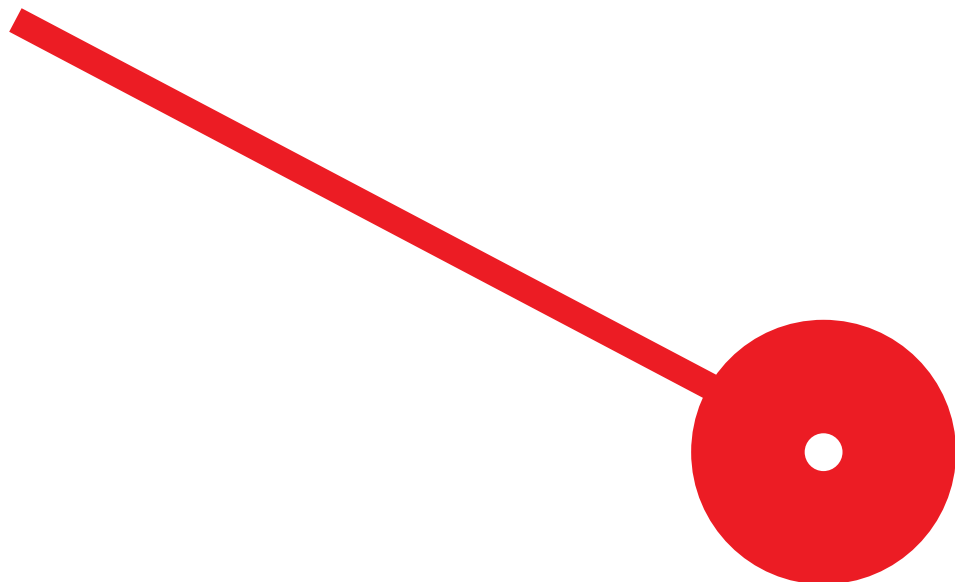
Contabilidade Orçamentária Estudo de Caso do Orçamento do IFMT de Campo Novo do Parecis

Samila Dalva de Jesus Silva

Samila Dalva de Jesus Silva

Contabilidade Orçamentária Estudo de Caso do Orçamento do IFMT de Campo Novo do Parecis

00/2017



INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO

M

MESTRADO
CONTABILIDADE E FINANÇAS

Contabilidade Orçamentária Estudo de Caso do Orçamento do IFMT de Campo Novo do Parecis

Samila Dalva de Jesus Silva

**Dissertação de Mestrado
Apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e
Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre
em Contabilidade e Finanças, sob orientação de Prof^o
Doutor Adalmiro Alvaro Malheiro de Castro Andrade
Pereira**

Samila Dalva de Jesus Silva

Contabilidade Orçamentária Estudo de Caso do Orçamento do IFMT de Campo Novo
do Parecis
00/2017



Agradecimentos

À Deus, acima de tudo, por ter me dado essa oportunidade de vislumbrar um pouco desse conhecimento que é infinito, sempre lembrando da minha pequenez diante das coisas que ele criou, pois sem ele não seria possível realizar este trabalho.

Ao professor Dr. Adalmiro Alvaro Malheiro de Castro Andrade Pereira, pela orientação, apoio, observação, pela paciência e leitura sempre aprimorada, para eu fazer esta dissertação.

Aos meus pais e minhas filhas que sempre acreditaram em mim e me deram toda a estrutura necessária para trilhar novos caminhos.

A todos os meus colegas do Mestrado e demais pessoas que de alguma forma me ajudaram a conseguir mais essa vitória.

RESUMO

O estudo das finanças, investimentos e economia é algo necessário em qual quer área trabalhista, governamental, institucional ou até mesmo educacional, para se ter um controle e um resultado positivo e crescente de forma qualitativa tudo deve ser bem administrado e planejado. Com isso a temática da referente dissertação se trata do estudo e análise da economia e da gestão do Instituto Federal De Ciência e Tecnologia- Campus Campo Novo do Parecis, estado de Mato Grosso, o IFMT, com isso é possível ter uma noção financeira com base na quantidade dos alunos matriculados e funcionários pertencem ao campus, e como esses recursos públicos são utilizados, para qual área é direcionada maior parte dos investimentos e gastos, a quantidade de lucro e despesas. Desse modo foram necessárias várias análises para coletar os dados precisos para tal pesquisa para conclusão do curso de mestrado em Administração, esse estudo é importante para o planejamento e visão dos gastos públicos, podendo entender, explorar, aprender, investigar, e controlar assim o dinheiro do governo que é direcionado para educação.

PALAVRAS-CHAVE: Economia. Contabilidade. Educação. Financeiro.

ABSTRACT

The study of finance, investment and economics is necessary in any area of labor, government, institutional or even education, in order to have a positive and qualitatively growing control and outcome everything must be well managed and planned. Thus, the theme of this dissertation is the study and analysis of the economics and management of the Federal Institute of Science and Technology - Campus of Campo Novo do Parecis, state the Mato Grosso, the IFMT, with this it is possible to have a financial notion based on the number of students enrolled and employees belong to the campus. , and how these public resources are used, to which area most of the investment and spending is directed, the amount of profit and expense. Thus it took several analyzes to collect the precise data for such research to complete the Master of Business Administration course, this study is important for planning and vision of public spending and can understand, explore, learn, investigate, and control money. From the government that is directed towards education.

KEYWORDS: Economics. Accounting. Education. Financial.

Índice geral

| | |
|---|---------|
| Capítulo - Introdução..... | 10 |
| Índices Gerais..... | 10 á 14 |
| Capítulo I – Tema | 15 |
| Capítulo II – Metodologia | 16 á 17 |
| 2.1 Tipo de Pesquisa..... | 17 |
| Capítulo III – Economia e Gestão | 18 á 19 |
| 3.1 O que é Economia? | 19 |
| Capítulo IV – Gestão | 20 á 21 |
| 4.1 O que é Gestão/Administração?..... | 21 |
| <u>4.2</u> Princípios Basilares da Administração Pública..... | 21 á 23 |
| 4.3 Administração e Planejamento..... | 23 á 24 |
| 4.4 O Orçamento Público..... | 24 á 26 |
| 4.5 O que é Orçamento na Administração Pública?..... | 26 á 28 |
| 4.6 Funções do Orçamento..... | 28 á 29 |
| 4.7 Benefícios do Orçamento Público na Administração Pública...29 á 30 | |
| 4.8 Transparência..... | 30 |
| 4.9 Segurança..... | 30 á 31 |
| Capítulo V- Como se Faz Orçamento Público no Brasil?..... | 32 á 34 |
| 5.1 Plano Plurianual (PPA)..... | 34 á 35 |
| 5.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)..... | 35 |
| 5.3 Lei Orçamentária Anual (LOA)..... | 35 |
| Capítulo VI – Institutos Federais DE Educação, Ciência E Tecnologia (IFET’S)..... | 36 á 37 |

| | | |
|-------------|---|----------------|
| 6.1 | História..... | 37 |
| 6.2 | Início dos IFET's..... | 37 á 38 |
| 6.3 | Objetivos..... | 38 |
| 6.4 | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso (IFM..... | 38 á 39 |
| 6.5 | História do IFMT..... | 39 á 41 |
| 6.6 | IFMT em Campo Novo do Parecis (IFMT-CNP)..... | 42 |
| 6.7 | Dados sobre o Campus..... | 42 á 43 |
| 6.8 | Cursos ofertados..... | 44 |
| 6.9. | Amostra do Estudo..... | 45 |
| 6.10 | Recolha de Dados..... | 45 á 50 |
| | Capítulo VII – IFMT-CNP e Orçamento..... | 51 |
| 7.1 | Orçamento do IFMT-CNP..... | 51 á 57 |
| 7.2 | LOA de 2018..... | 57 á 59 |
| 7.4 | Discussão dos resultados Apresentação e Análise..... | 63 |
| | Capítulo VIII – Conclusão..... | 64 |
| 8.1 | Limitações do Estudo..... | 64 |
| 8.2 | Propostas de Investigações Futuras..... | 65 á 66 |
| | Apêndices..... | 66 |

Índice de Gráficos

Gráfico 1- Matrículas por Organização Acadêmica

Gráfico 2- Matrículas por Nível e Tipos de Curso

Gráfico 3- Matrículas por Eixo Tecnológico

Gráfico 4- Matrículas por Situação

Gráfico 5- Invenções, contratos, recursos e rendimentos

Gráfico 6- Principais componentes da receita e despesa

Gráfico 7- Repasses do MEC

Gráfico 8- Matrículas IFMT

Gráfico 9- Orçamento PLOA /LOA 2018

Índice de Tabelas

Tabela 1- Gasto corrente por Matrícula

Tabela 2- Benefícios do Orçamento Público na Administração Pública

Tabela 3- Prazos Importantes Do Orçamento:

Tabela 4- Matrícula por Nível

Tabela 5- Tipo de Curso

Tabela 6- Matrícula de alunos do Proeja

Tabela 7- Precisão de Matrículas para 2019

Tabela 8- Previsão de Vagas-IFMT

Tabela 9- Matriz proposta final

Tabela 10- Orçamento IFMT 2017

Tabela 11- Metodologia De Cálculo Do Orçamento Da Ação 2017

Tabela 12- Matrícula Total

Tabela 13- PLOA 2018

Tabela 14- Orçamento e variações

Tabela 15- Variação CNP

Tabela 16- Proposta Orçamentária

Lista de Abreviaturas

- CEFET - Centro Federal de Educação Tecnologia
- CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional,
- CRFB - Constituição da República Federativa do Brasil
- IFET - Instituto Federal de Ensino, Ciência e Tecnologia Científica e Tecnológica
- IFMT - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
- LDO - Lei de Diretrizes Orçamentarias
- LOA - Lei Orçamentaria Anual
- PO - Plano Orçamentário
- PPA - Plano Plurianual

INTRODUÇÃO

Atualmente com 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's) e o Colégio Pedro II integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. São 643 campi, mais de um milhão de matrículas e cerca de 80 mil servidores (professores e técnico-administrativos).

Para avaliação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal); para visualização dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) no ano base 2017.

As IFET's em números gerais em todo país, onde IFET's tem maior percentual com 91,86%, em relação aos CEFET's somente os de Minas gerais e do Rio de Janeiro almejavam se transformar em Universidade Tecnológica e a proposta do MEC foi IFET's que especializavam os CEFET's e reduziam o leque de cursos de graduação e pós-graduação dos centros com essa simples explanação acerca do assunto as mesmas não aceitaram a Chama Pública que foi apresentada em 31 de março de 2008 através da Portaria MEC/SETEC N° 116.

ÍNDICES GERAIS:

Matriculas por Organização Acadêmica:

Gráfico 1.

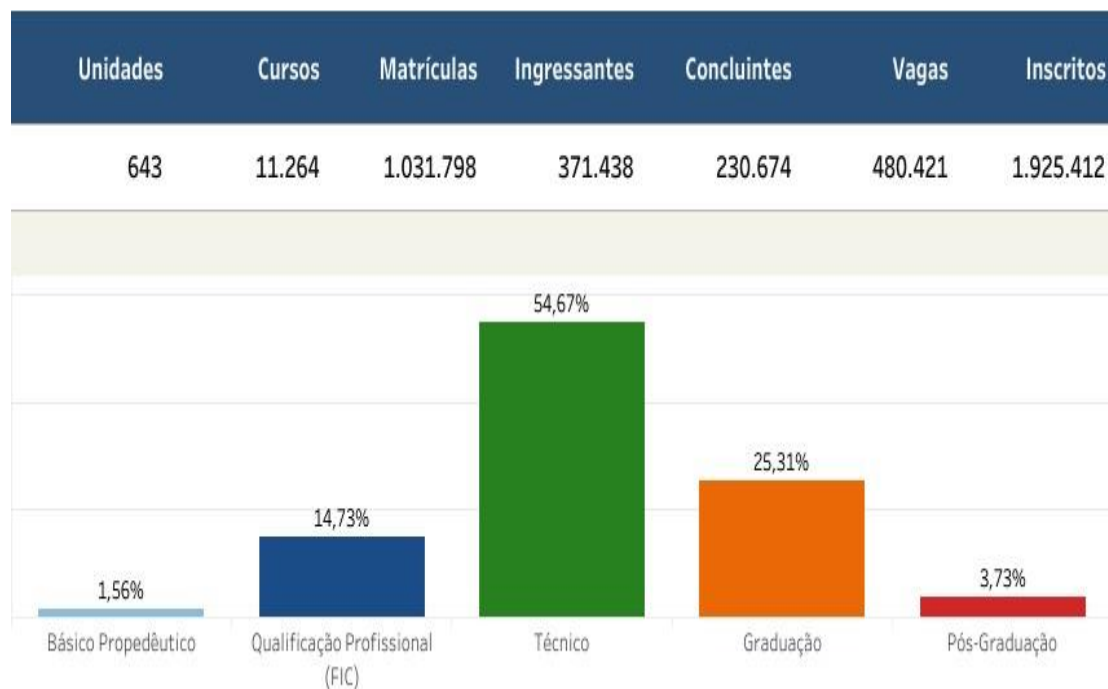


Fonte: Extração dos dados do SISTEC.

A abrangência geral com maior percentual para cursos técnicos principais foco da Rede Federal:

Matrículas por Nível e Tipos de Curso:

Gráfico 2.



Fonte: Fonte: Extração dos dados do SISTEC

As instituições têm o compromisso social de oferecer educação profissional pública, gratuita e de excelência a jovens e trabalhadores, do campo e da cidade; viabilizam o acesso efetivo às conquistas científicas e tecnológicas, por meio da oferta de qualificação profissional em diversas áreas de conhecimento; promovem a pesquisa aplicada e a inovação e atuam fortemente na extensão tecnológica.

Os IFET's visam desenvolvimento tecnológico com 21,50% o desenvolvimento Educacional e Social justamente uma as políticas que se propõe a criação da Rede federal.

Matrículas por Eixo Tecnológico:

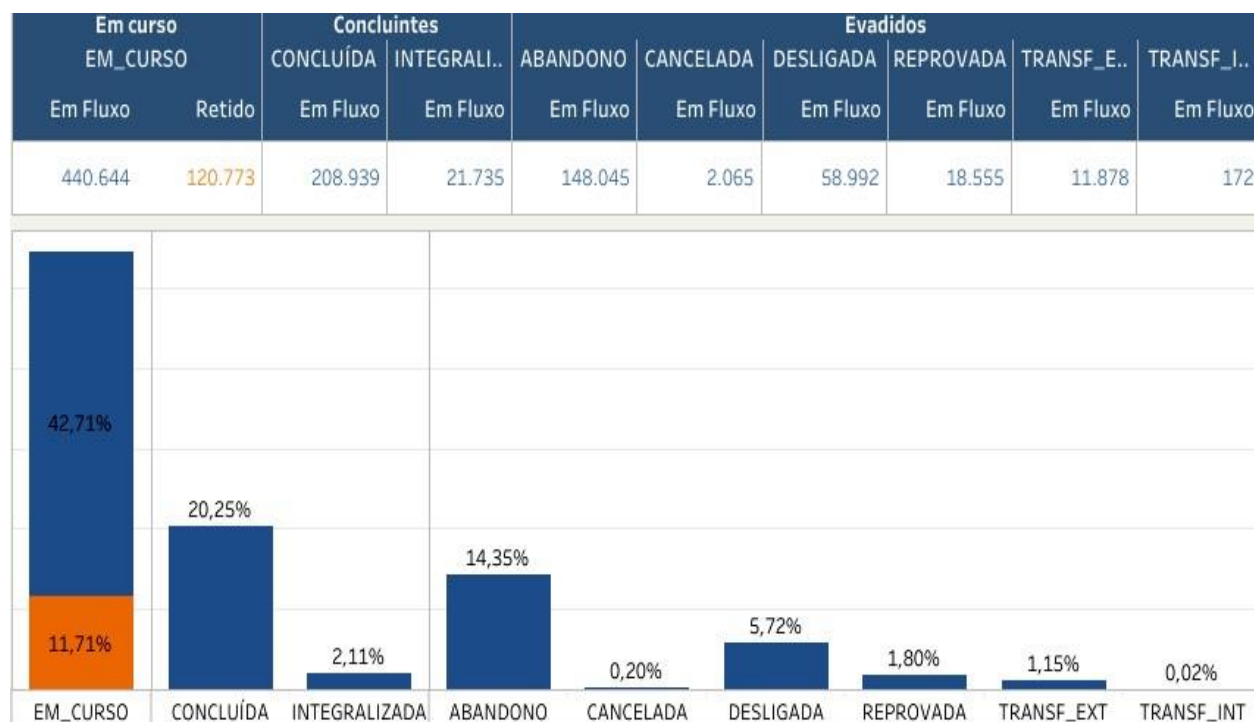
Gráfico 3.



Fonte: Extração dos dados do SISTEC

Matrículas por Situação:

Gráfico 4.

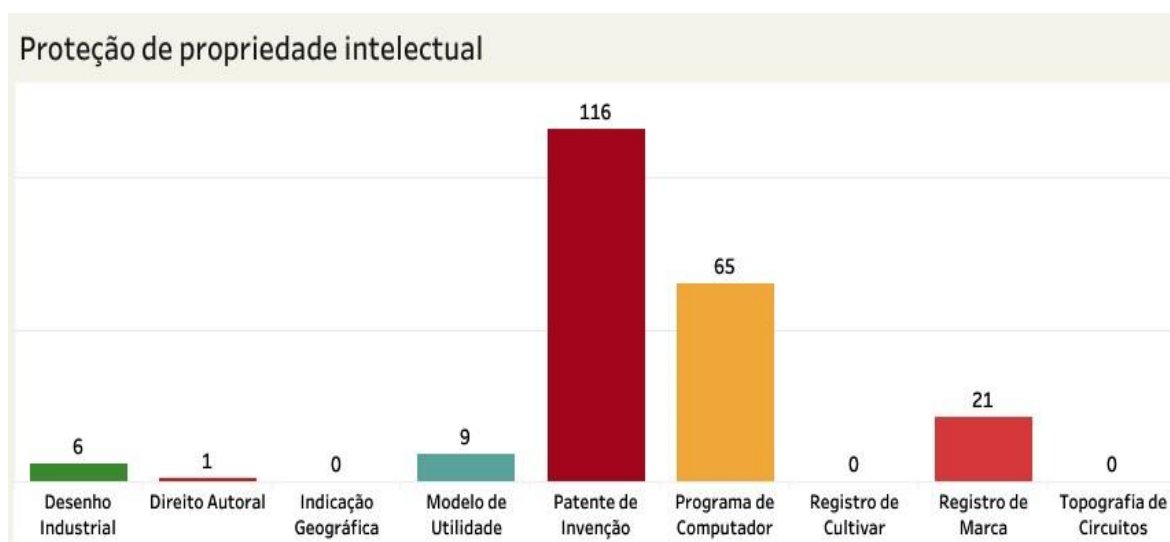


Fonte: Extração dos dados do SISTEC

A contribuição para o desenvolvimento tecnológico e econômico do país em índices, moderna, conectada e interativa, a Rede investe na internacionalização da educação profissional. Parcerias firmadas com instituições de ensino de mais de 30 países abriram oportunidades de mobilidade e intercâmbio científico e acadêmico, proporcionando novas experiências a estudantes e servidores, além de participar ativamente de projetos de cooperação técnica que promovem o fortalecimento institucional e o compartilhamento de boas práticas.

Invenções, contratos, recursos e rendimentos:

Gráfico 5.



Fonte: Extração dos dados do SISTEC

O Orçamento das IFET's tem como base o número de matrículas aqui temos a média de gasto corrente por matrícula de todos os Institutos é um dado importante ao planejamento do orçamento. Esse gasto por matrícula é variável, vamos evidenciar, mais a frente do IFMT e do campus Campos Novo Parecis.

Gasto corrente por Matrícula

Tabela 1.

R\$ 16.058,97

* Para o cálculo do Gasto Corrente são descontados do Gasto Total os valores de:

1. Inativos/Pensionistas;
2. Investimentos;
3. Inversões Financeiras;

Fonte: Extração dos dados do SISTEC

CAPÍTULO 1- TEMA

O tema escolhido foi sobre a economia e orçamento de gastos públicos dos Institutos Federais do Mato Grosso, assim com essa temática determinada foi analisado e estudado sobre a administração dos campus, o financeiro das instituições, os gastos com base nos alunos matriculados, os investimentos que muitas vezes é preciso realizar, como questões de infraestrutura, aumento de espaço físico ou aquisições educacionais. Com esse assunto tornou-se possível analisar e discutir através de dados educacionais do Ministério da Educação, outros foram coletados dos próprios institutos.

CAPÍTULO 2– METODOLOGIA

O estudo dessa dissertação dar-se-á mediante um estudo de caso de modo qualitativo e quantitativo com revisão bibliográfica, para contextualizar de base quantitativo o orçamento público do IFMT, o campus Campo Novo do Parecis, dessa maneira serão avaliados os aspectos de gestão e planejamento do campus, a fim de se avaliar a fidedignidade das atividades a que o campus se dispõe a realizar. Para tanto, faz-se necessário tanto um estudo da realidade quanto uma consistente base teórica.

O estudo do Orçamento Público, voltado para as receitas e as despesas da Administração Pública, possui diversas orientações, indo desde o controle e fiscalização da atividade estatal até a verificação das prioridades do Estado e sua habilidade de gestão.

Dentre essas prioridades, as mais discutidas e debatidas costumam ser saúde e educação, que são as áreas tidas como principais para o bom desenvolvimento e bem-estar da população (Cunha, 2015). Para tanto, é preciso que seus objetivos sejam muito bem planejados, com o intuito de se desenvolver eficientemente as atividades que o Estado diz serem da sua alçada – ainda mais em um contexto de cobranças e gastos cada vez maiores (Silveira, Martins, Lunkes, e Gasparetto, 2016; Ávila, 2012).

Uma vez que cada IF possui sua própria matriz orçamentária, entende-se que a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica faz parte da Administração Indireta – prestando serviços públicos de interesse público de forma autônoma (Cunha, 2015; Ávila, 2012).

A pesquisa científica é voltada para a investigação, partindo de um problema a ser explorado e investigado, utilizando de metodologia própria e sistematizada, constituindo assim um processo científico.

Para ser feita a pesquisa científica, é necessário a utilização de mecanismos rigorosos, pré-determinados e aceitos no meio acadêmico, ou seja, é necessário a utilização de métodos.

Observou-se que o planejamento e o orçamento na administração pública são indissociáveis. Pois fundamenta-se em três leis que norteiam as ações do governo em curto e médio prazo, o Plano Plurianual, (PPA), as leis de diretrizes orçamentarias (LDO) e o Orçamento Anual (LOA).

São identificadas a ordem de prioridades, a distribuição de recursos, as ferramentas necessárias, para a execução e controle, entre as outras coisas. No caso específico dos institutos federais, aplica-se, ainda, a sua autonomia sobre o orçamento.

Pois os IF's podem, dentro dos parâmetros concedidos pelo governo central (PPA, LDO e LOA), decidir como o orçamento será gasto.

Para respondê-la, foram coletados dados que busquem evidenciar e dar suporte às respostas. Os dados obtidos foram tabulados e sofreram tratamento conforme o tipo de pesquisa.

2.1 Tipo de Pesquisa

A presente pesquisa configura-se como um estudo descritivo com uma abordagem quantitativa, pois apoia-se na análise e interpretação de dados por meio de técnicas estatísticas e inferenciais.

A essência da pesquisa descritiva é a descrição das características de determinado grupo, população ou fenômeno ocorrido sem que haja a intervenção do pesquisador. As relações entre as variáveis dependentes e independentes encontradas pelo pesquisador ocorrem a partir da manipulação dos dados que são obtidos de forma imparcial. Destaca que “a pesquisa descritiva se preocupa em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles”.

CAPÍTULO 3 – ECONOMIA E GESTÃO

3.1 O que é Economia?

O conceito de capital humano como o próprio termo já nos fornece uma prévia definição, indica capital incorporado à pessoa, relacionada na forma de educação e saúde; conceito econômico refere à riqueza que se pode ter em uma fábrica, empresa ou instituição em relação à qualificação dos seus funcionários, na área educacional, no contexto das demandas resultantes da reestruturação produtiva.

O governo deve intervir na economia, com o objetivo de elevar o nível de bem-estar da sociedade. Não se trata de monopólio do Estado, mas de um dado regime jurídico de prestação, que limita a livre iniciativa aos ditames da justiça social, como nos explica: Cavalcanti (2010, p1).

Tratar a Educação como serviço público é um passo para se desenvolver um planejamento a longo prazo em prol da dignidade humana e da liberdade. Ver na livre iniciativa e na livre concorrência princípios que devem se sobressair da educação é submeter o mínimo existencial ao mercado capitalista, quando esse deve ser instrumento do homem para a conquista de suas necessidades materiais e imateriais.

Quando o Estado intervém no domínio econômico, o faz como agente econômico, desenvolvendo ação. Subdivide-se em intervenção por participação, em que o Estado assume parcela de determinado setor da atividade econômica em sentido estrito, atuando em regime de competição com as empresas privadas.

As consequências de tratar a educação como serviço público são muitas, advindas principalmente do início de uma maior e significativa atuação do Estado neste mercado e da incidência de princípios de Direito Público que passam a acobertá-la, inclusive quando prestada por instituições privadas.

A educação deve ser observada como o serviço público que é garantidor de direito humano contido no mínimo existencial. Deve ser ponderar com os princípios da livre concorrência e da livre iniciativa, observando que as regras de mercado devem existir não para impedir ou limitar o desenvolvimento de certos direitos inerentes à dignidade humana, mas sim para propiciar um alcance maior desses direitos.

A criação dos Institutos Federais foi fomentada pelo aumento constante da população nas cidades e a necessidade de ocupar, jovens desprovidos de recursos, justamente um dever do Governo é formar cidadãos úteis à sociedade.

A educação nas contas do Governo é um gasto, constitucionalmente um direito, e um investimento de longo prazo e estratégico para o crescimento da nação, advém do fato que a educação tende a elevar os salários via aumentos de produtividade, a aumentar a expectativa de vida com a eficiência com que os recursos familiares existentes são utilizados, e a reduzir o tamanho da família, com o declínio no número de filhos e aumento na qualidade de vida destes reduzindo, portanto, o grau de pobreza futuro.

Capítulo- 4 GESTÃO

4.1 O que é Gestão/Administração?

Gestão e Administração são atividades necessárias à existência humana, sendo a primeira mais abrangente do que a segunda. Na visão de Gilles, e Stansfield (s.d/1980, p. 10),

Gestão consiste em:

Uma atividade complexa, envolvendo a combinação e a coordenação de recursos humanos, físicos e financeiros, por forma a que se produzam bens ou serviços que sejam simultaneamente procurados e que possam ser oferecidos a um preço que possa ser pago, tornando ao mesmo tempo agradável e aceitável o ambiente de trabalho de todos os envolvidos.

Percebe-se, a partir desta definição, alguns pontos interessantes acerca da natureza da gestão. Inicialmente, é possível ver que não se pode limitar a gestão a um espaço contido devido à sua complexidade, visto que gerir envolve a organização de elementos humanos, físicos e financeiros em áreas e contextos que variam a depender da situação.

Essa multiplicidade de elementos trabalhados possibilita verificar que o ato de se gerir algo envolve a harmonização de elementos díspares e nem sempre dependentes. É preciso sempre avaliar o que se pretende produzir, o que leva a outra questão essencial: o gestor precisa preocupar-se com a recepção do mercado que se pretende atingir.

A produção eficiente possibilita um melhor custo-benefício, evitando desgastes e desperdícios que, se não contidos, podem tanto encarecer demasiadamente quanto até inviabilizar a atividade gerida.

E é justamente nesse ponto que a Administração adentra a esfera da Gestão. Conforme Schultz (2016, p. 25), administrar seria “operacionalizar as atividades a fim de atingir determinado objetivo”, trazendo consigo “a ideia de coordenação de recursos e pessoas para a realização de tarefas” (Schultz, 2016, p. 25). Refere-se, portanto, a um plano da gestão, que seria o de viabilizar a atividade pretendida.

Schultz (2016, p. 25, nota 6), contudo, ressalta que, para alguns, a distinção dá-se de outra forma: o Administrador atua na rede pública, enquanto o Gestor realiza suas atividades no âmbito privado. A par dessas definições, optou-se por dar andamento à

dissertação com o termo Administração Pública, em vez de Gestão Pública, tão-somente por questões terminológicas.

4.2 Princípios Basilares da Administração Pública

A Administração Pública constitui-se do “aparelhamento total do Estado, em qualquer de suas esferas, organizados com a finalidade de cumprir de suas tarefas essenciais, buscando o atingir a satisfação das necessidades da coletividade a qual governa” (Ávila, 2012, p. 11). Verifica-se, dessa forma, que a Administração Pública se refere à estrutura administrativa estatal, estrutura essa que gesta toda a ampla gama de atividades de que o Estado é responsável pela execução e que, portanto, concretizam.

Dentro desse conceito, encontram-se tanto uma divisão relacionada à esfera política (que compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios) quanto a quem toma o controle de suas decisões (Administrações Direta e Indireta) (Ávila, 2012).

O Instituto Federal configura-se, dentro dessas divisões, como pertencente à esfera federal, que está sobre o domínio e responsabilidade da União, e fazendo parte da administração indireta, ou descentralizada, haja vista sua relativa autonomia quanto ao orçamento – isto porque, muito embora tenha de apresentar à administração central o orçamento anualmente, a escolha de onde gastar e de que forma, dentro das balizas legalmente estabelecidas, cabe ao reitor do Instituto (Cunha, 2015; Ávila, 2012).

Quando se fala em Administração Pública, é impossível que não se fale nos seus princípios norteadores, isto é, nas diretrizes básicas e fundamentais sobre a qual ela deve se erigir. Esses princípios constituem-se em garantidores da boa atuação e manutenção do serviço público, uma vez que a sociedade, única cliente do serviço público, também é quem “financia todas as atividades do governo e necessita de retornos em forma de serviços recebidos” (Botelho & Pereira, 2015, p. 40)

Conforme Botelho e Pereira (2015, p. 40), esses princípios são cinco: “legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”. No tocante ao número dos princípios, Garcia e Araújo (2012) apontam que há outras diretrizes de caráter axiológicas referentes à Administração Pública, mas que somente esses cinco encontram-se expressamente positivados na CRFB, especificamente no caput do artigo 37. Destarte, por não se tratar de assunto-fim da presente dissertação, serão abordados apenas os cinco princípios expressamente escritos na Constituição.

Com relação ao Princípio da Legalidade, pode-se dizer que ele visa a estabelecer uma ordem à máquina estatal e uma proteção aos cidadãos. Isso porque ele declara que

a Administração deve pautar seus atos naquilo que a lei permite. Sobre esse ponto, é possível dizer que:

Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa “poder fazer assim”; para o administrador público significa “deve fazer assim”. (Meirelles, 2000 p. 82 como citado em Garcia & Araújo, 2012, para (11).

Essa legalidade estrita, por sua vez, protege o cidadão ao limitar uma possível arbitrariedade do poder estatal, já que, como entende Mello (p. 100), “o princípio da legalidade é o antídoto natural do poder monocrático ou oligárquico, pois tem como raiz a ideia [...] de exaltação da cidadania”. Mais à frente, quando for tratado do planejamento orçamentário, verificar-se-á que tanto a previsão das receitas quanto a estimativa dos gastos da máquina estatal também seguem a Lei.

Já o Princípio da Impessoalidade, relacionado com o Princípio da Finalidade, consiste em dizer que as ações dos agentes administrativos devem seguir o fim legal para o que a ação é destinada, isto é, que não é admissível, dentro da rede pública, que um cidadão seja tratado de forma discriminatória, quer seja benéfica, quer seja maléfica (Garcia & Araújo, 2012).

Por sua vez, o Princípio da Moralidade implica em dizer que a Administração Pública deve agir de maneira moral e honesta, segundo a boa-fé objetiva inerente aos administradores estatais. Tal princípio se relaciona diretamente com a probidade, elemento ínsito da ideia de como deve se portar um bom administrador (Lenza, 2011; Moraes, 2011).

O Princípio da Publicidade garante de transparência dos atos públicos, constitui-se tanto em um dever da Administração quanto em um direito do cidadão e da sociedade que ele integra, haja vista que permite ao cidadão/à sociedade obter acesso às informações que lhe dizem respeito sobre a atuação estatal e sobre o papel decisório dos seus dirigentes (Lenza, 2011; Moraes, 2011; Garcia & Araújo, 2012).

Por fim, o Princípio da Eficiência, adicionado à CRFB só em 1998, traduz a necessidade de se almejar, na atuação pública, resultados de excelência e de efetividade. Nas palavras de Moraes (2011, p. 347), esse princípio impõe à Administração Pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum [...] primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para a melhor utilização possível dos recursos

públicos, de maneira a evitar-se desperdícios e garantir-se uma maior rentabilidade social.

A Administração Pública passou então a ser a forma corrente de referir o Poder Executivo, que, na sua condição de Governo, deve comandar a aplicação das receitas do Estado (orçamento) no desempenho das atividades sociais definidas e fomentadas pelas políticas públicas concebidas no Poder Legislativo.

A Administração Pública compreende a Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios e a Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria por sua vez, é composta por entidades que, por meio de descentralização de competências do governo, foram criadas para desempenhar papéis nos mais variados setores da sociedade e prestar serviços à população.

Essas entidades possuem personalidade jurídica própria (CNPJ), e, muitas vezes, recursos próprios, provenientes de atividades que geram receitas.

Finda essa explanação, concisa e necessária, acerca da Administração Pública, sua função e seus princípios norteadores, torna-se possível averiguar de que forma a administração, por ora no plano abstrato, realiza seu trabalho de planejar cada exercício fiscal.

4.3 Administração e Planejamento

Referente ao Planejamento de Gestão por parte da Administração Pública, a necessidade é a de se integrar o planejamento estratégico com o planejamento orçamentário, isto é, a execução correta e fiel, pela gestão responsável, dentro daquilo que o orçamento estabelece para se realizar (Silveira et al., 2016).

O planejamento estratégico, como ferramenta de gestão e gerenciamento, principiou-se entre os gestores por volta da década de 1950, consolidando-se como ferramenta exclusiva do setor privado por mais de três décadas, ao passo que o setor público, por sua vez, desenvolvia, implementava e executava suas políticas e ações com base unicamente na legislação. Ao final desse período, e com o grande interesse da população na eficiência da gestão estatal e na efetivação das suas políticas públicas, o

planejamento estratégico adentrou a administração pública, onde figura até hoje (Silveira et al., 2016).

Para o setor público, o planejamento estratégico – orientado pelos seus dois componentes formadores: gestão e orçamento – apresenta os seguintes benefícios: “promoção do pensamento estratégico e ação, melhoria no processo de tomada de decisão, melhoria da organização, melhoria da organização do trabalho e dos resultados; e benefícios diretos aos funcionários da organização” (Silveira et al., 2016, p. 3).

Mediante essa ferramenta de gestão, torna-se possível concretizar os objetivos propostos no Orçamento, que consiste no “processo pelo qual fazemos o levantamento dos gastos/custos e dos recursos disponíveis para a realização de uma atividade qualquer” (Ávila, 2012, p. 16).

Sendo a Administração um processo para se alcançar determinado objetivo mediante a racionalização dos esforços, é ínsito a ela a noção de Planejamento. Isso porque, conforme a Associação de Estudantes do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto [AEISCAP] (n.d., p. 1), o Planejamento consiste no “processo que determina antecipadamente o que deve ser feito e como deve ser feito”, não se confundindo com uma simples previsão devido ao fato de que Planejar traz, em seu bojo, um conceito de aplicabilidade, isto é, pressupõe-se que o que se planeja será efetivado.

Conforme (PADILHA, 2001, p. 30). Planejamento é processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, visando ao melhor funcionamento de empresas, instituições, setores de trabalho, organizações grupais e outras atividades humanas. O ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações.

No que tange à Administração Pública do Brasil, Cunha (2015, p. 21) apresenta que o Planejamento, delimitado por regras da CRFB, possui o Plano Plurianual (PPA), que será abordado mais à frente, como modelo estruturante de Planejamento Estratégico, constituindo-se na principal ferramenta para se planejar a longo e médio prazo.

Entretanto, o PPA abarca apenas os níveis de estratégia e de táticas do planejamento do governo. Em um nível quantitativo-operacional, o instrumento governamental utilizado é o Orçamento Público, que, no entender de Cunha (2015, p.

37), é “a expressão monetária das ações a serem executadas pelo governo” segundo as políticas públicas pré-estabelecidas.

O planejamento Orçamentário de médio prazo (PPA) e o planejamento em curto prazo que anualmente, acontece o processo de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), que explicitam o plano de ação governamental a curto prazo.

4.4 O Orçamento Público

O orçamento público segundo Lima e Casto OP é o planejamento feito pela Administração Pública para atender, durante determinado período, aos planos e programas de trabalho por ela desenvolvidos, por meio da planificação das receitas a serem obtidas e pelos dispêndios a serem efetuados, objetivando a continuidade e a melhoria quantitativa e qualitativa dos serviços prestados a sociedade. (LIMA e CASTRO, 2000, p.19).

Dentro da esfera estatal, o Orçamento Público desempenha o papel de alicerce e fomentadora da máquina pública, possibilitando a efetivação “das políticas públicas tanto do ponto de vista político quanto econômico” (Silveira et al., 2016, p. 3).

No Brasil, a administração passou a ser mais cobrada após a crise financeira oriunda, no plano interno, dos gastos do Milagre Econômico militar e, no plano externo, dos efeitos da crise do petróleo, com investidores e mercado exigindo, cada vez, “uma administração mais enxuta, efetiva e eficiente” (Silveira et al., 2016, p. 3).

Como demonstrado anteriormente, ao Orçamento é dada a função de exprimir quais serão as pautas governamentais e políticas públicas a serem executadas pelo governo em uma linguagem financeira. Parte de estimativa de receitas e autorização para realização de despesas da administração pública direta e indireta em um determinado exercício que, no Brasil, coincide com o ano civil.

Dentro do conceito, temos tipos de Orçamentos como tradicional que apenas uma dimensão do orçamento é explicitada, qual seja o objeto de gasto. Orçamento Base Zero cada item do orçamento precisa ser explicitamente aprovado, e não apenas as alterações em relação ao ano anterior esse processo de revisão do orçamento, nenhuma referência é feita ao nível de despesas do ano anterior; requer que a solicitação orçamentária seja revisada e avaliada completamente, a partir de uma "base zero" é um processo é

independente do orçamento total ou de seus itens individuais aumentarem ou diminuïrem em relaçaõ aos exercïcios dos anos anteriores.

O orçamento-programa é o utilizado no Brasil, orçamento que estabelece metas e objetivos governamentais, estruturados em planos e programas a serem realizados em determinado período. É um planejamento da ação do governo e seus programas de trabalho, projetos e atividades, previsão dos custos relacionados para que metas e objetivos sejam alcançados. Originalmente, sistema de planejamento, programação e orçamentação, introduzido nos Estados Unidos da América, no final da década de 50, sob a denominação de

PPBS (Planning Programming Budgeting System). Principais características: integração, planejamento, orçamento; quantificação de objetivos e fixação de metas; relações insumo produto; alternativas programáticas; acompanhamento físico-financeiro; avaliação de resultados; e gerência por objetivos.

4.5 O que é Orçamento na Administração Pública?

As exigências do Planejamento do Orçamento Público, porém, só foram institucionalizadas com a Constituição da República Federativa do Brasil, que estabeleceu instrumentos para a uniformização do controle e da gestão da Administração Pública.

Planeia-se o Orçamento Público, como já falado anteriormente, mediante os repasses que serão destinados à entidade da Administração Pública responsável pela atividade. Dessa forma, verifica-se a importância da LOA para efetivar as necessidades do governo em cada exercício fiscal, tendo ela que obedecer tanto ao Plano Plurianual (PPA) do governo e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O orçamento, nesse planejamento administrativo, se trata de “um dos mais antigos instrumentos de planejamento e execução das finanças públicas” (Carvalho, 2010, p. 1), o que não obsta seu status de instrumento mais relevante da ação executiva da Administração Pública (Escola Nacional de Administração Pública [ENAP], 2014). Segundo o sítio oficial do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Orçamento Público é:

Um instrumento de planejamento governamental em que constam as despesas da administração pública para um ano, em equilíbrio com a arrecadação das receitas

previstas. É o documento onde o governo reúne todas as receitas arrecadadas e programa o que de fato vai ser feito com esses recursos. É onde aloca os recursos destinados a hospitais, manutenção das estradas, construção de escolas, pagamento de professores. É no orçamento onde estão previstos todos os recursos arrecadados e onde esses recursos serão destinados.

Dessa concepção, é possível extrair alguns pontos importantes para a presente dissertação, que serão mais bem trabalhados na próxima subseção, voltada para os papéis do orçamento. Por ora, abordar-se-á a construção do conceito de Orçamento Público no Brasil.

Para tanto, inicialmente cabe falar sobre o chamado Orçamento-Programa. Como aponta Carvalho (2010), o Governo brasileiro sempre seguiu as tendências mundiais nas normas que previam a elaboração de orçamentos e de planejamentos. Sob essa óptica, a influência sobre a administração pátria advinda dos manuais onusianos de Orçamento-Programa (OP) é totalmente compreensível.

A partir desses documentos emitidos pela ONU ao final da década de 1950, o Brasil criou duas normas orçamentárias que possibilitaram a implantação do OP: a Lei nº 4.320/64, responsável por estabelecer as diretrizes legais para a confecção e fiscalização dos orçamentos e balancetes dos entes públicos, e o Decreto-Lei nº 200, de fevereiro de 1967, que introduziu o planejamento como um princípio abalizador da administração governamental ao prever que anualmente fosse elaborado um OP para detalhar a execução da fase seguinte do programa plurianual (Machado, 2002; Carvalho, 2010).

O OP, um conceito de orçamento advindo da gestão, possui como principal particularidade o “fato de a elaboração orçamentária ser feita em função daquilo que se pretende realizar no futuro” (Carvalho, 2010, p. 6).

Estabelecendo relações entre planejamento e ações do Executivo – que consistem na realização de objetivos e no cumprimento de metas o OP apresenta-se como um modo de se enxergar o orçamento do ponto de vista gerencial, possibilitando que ele cumpra com suas atribuições, discutido na subseção abaixo.

O orçamento público é o instrumento de planejamento que estima as receitas que o Governo espera arrecadar ao longo do próximo ano e, com base nelas, autoriza um limite de gastos a ser realizado com tais recursos. Ao englobar receitas e despesas, o orçamento apresenta-se como peça fundamental para o equilíbrio das contas públicas e

indica para a sociedade as prioridades definidas pelo Governo, como por exemplo: o gasto com educação e saúde.

4.6 Funções do Orçamento

As funções do Orçamento estão interligadas à sua origem. Inicialmente, o que se entendia como Orçamento era realizado totalmente pelo mandante (não cabendo falar Executivo por não se tratar de um sistema de governo tripartido como o proposto por Montesquieu). Nesse ponto, o governante possuía todo o controle sobre as finanças públicas, como tipicamente ocorre em regimes ditatoriais/não democrático (Carvalho, 2010).

Com base nessa realidade, a primeira função que surgiu foi a de fiscalizar o Executivo, isto é, a de exercer controle político-financeiro sobre o mandante. A essa época, o Controle Orçamentário era apenas um instrumento para impor limites à forma que o governante escolheria para arrecadar e gastar o que fora arrecadado, tendo sua primeira manifestação positivada juridicamente na Carta Magna Inglesa (Machado, 2002; ENAP, 2014), como expresso em seu artigo 12:

“Nenhum tributo ou auxílio será instituído no Reino, senão pelo seu conselho comum, exceto com o fim de resgatar a pessoa do Rei, fazer seu primogênito cavaleiro e casar sua filha mais velha uma vez, e os auxílios para esse fim serão razoáveis em seu montante (Burkhead, 1971, p.4 como citado em Machado, 2002, p. 35).

Vê-se, portanto, que a elaboração do Orçamento fora dada ao Parlamento – característica do chamado Orçamento Legislativo, típico dos sistemas parlamentaristas de governo, que permite ao Executivo tão-somente a sua efetivação (Carvalho, 2010).

No Brasil, país cuja elaboração orçamentária é mista, com participação tanto do Executivo quanto do Legislativo, o controle político do Legislativo ocorre em dois momentos distintos e diametralmente opostos: nas aprovações do orçamento para o próximo exercício fiscal e das prestações de contas do orçamento previamente executado (Machado, 2002; Carvalho, 2010).

Outra função do Orçamento Público é a de intervir na economia. A partir do desenvolvimento e aplicação do keynesianismo, governos mais ou menos liberais utilizaram o Orçamento Público para estabilizar, diminuir ou ampliar diversos níveis de atividade econômica dentro do Estado que comandavam (Machado, 2002).

Conforme a ENAP (2014, p. 6), “ao tomar parte na condução das atividades econômicas, o governo executa as funções econômicas que o Estado precisa exercer”, sendo elas a locativa, a distributiva e a estabilizadora – de conduzir o uso dos recursos econômicos, de equilibrar o desenvolvimento econômico do país e de viabilizar esse desenvolvimento sobre bases bem alicerçadas (ENAP, 2014).

Por fim, e a mais importante para é a atribuição do Orçamento Público de servir como instrumento que torna viável a Administração Pública, visto que assiste o Executivo nas fases de planejamento orçamentário e de efetivação do que foi disposto (Machado, 2002). Na atualidade, consiste na concepção anteriormente desenvolvida de OP como elemento diretor da atuação executiva do Estado (Carvalho, 2010).

4.7 Benefícios do Orçamento Público na Administração Pública

O Orçamento Público, com sua noção fulcral e estruturante de planejamento, traz consigo diversos pontos positivos para o pleno exercício da atuação executiva do Estado. Abaixo, segue uma tabela que contém dez benefícios do OP sobre as formas anteriores de se orçar na Administração Pública e que serão explicados na sequência:

Tabela 2.

| | |
|----|--|
| 1 | Melhor planejamento de trabalho; |
| 2 | Maior precisão na elaboração dos orçamentos; |
| 3 | Maior determinação das responsabilidades; |
| 4 | Maior oportunidade para a relação dos custos; |
| 5 | Maior compreensão do conteúdo orçamentário por parte do Executivo, do Legislativo e da população em geral. |
| 6 | Facilidade para identificação de duplicação de funções; |
| 7 | Melhor controle da execução do programa; |
| 8 | Identificação dos gastos e realizações por programa e sua comparação em termos absolutos e relativos |
| 9 | Apresentação dos objetivos e dos resultados da instituição e do inter-relacionamento entre custos e programas. |
| 10 | Ênfase no que a instituição realiza e não no que ela gasta. |

Tabela 1: Benefícios do Orçamento-Programa (ENAP, 2014, p. 9)

Após rápido exame do conteúdo da tabela acima, torna-se visível que é possível dividir as vantagens de se utilizar o OP em dois principais grupos de benefícios: os que se referem à Transparência da atuação Executiva do Estado (1, 2, 5, 7, 8 e 9) e os que dizem respeito à Segurança quanto ao destino dos recursos públicos (3, 4, 6, 7, e 10).

4.8 Transparência

A transparência é decorrência do Estado Democrático de Direito, este concebido pela Constituição Federal de 1988, embora não explícito entre os princípios do artigo 37º, interligada com o princípio da publicidade. Segundo Martins Júnior (2010, p. 40) “pela publicidade, pela motivação, e pela participação popular nas quais os direitos de acesso, de informação, de um devido processo legal articulam-se como formas de atuação”.

A Lei de Acesso à Informação, nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a fim de regular a garantia constitucional de acesso às informações de interesse particular, coletivo ou geral a serem prestadas pelos órgãos públicos. A transparência na gestão pública é disseminação na sociedade da chamada cultura do acesso, que prega a necessidade de agentes públicos se conscientizarem de que toda informação pública é de propriedade do cidadão, cabendo ao Estado disponibilizá-la. Busca tornar menos obscuro o conhecimento da informação por parte dos cidadãos, no que se refere à forma como os nossos recursos públicos são administrados.

4.9 Segurança

Para efeitos da Política de Segurança da Informação, ficam estabelecidas as seguintes conceituações:

Art. 2º - Segurança da Informação: proteção dos sistemas de informação contra a negação de serviço a usuários autorizados, assim como contra a intrusão, e a modificação desautorizada de dados ou informações, armazenados, em processamento ou em trânsito, abrangendo, inclusive, a segurança dos recursos humanos, da documentação e do material, das áreas e instalações das comunicações e computacional, assim como as

destinadas a prevenir, detectar, deter e documentar eventuais ameaça a seu desenvolvimento.

Segurança da Informação de Comunicações (SIC) é agenda estratégica para o Estado brasileiro, devendo ser incluídas diretrizes e metas relacionadas ao assunto no planejamento estratégico de cada órgão e entidade da Administração Pública Federal (APF). O objetivo é promover e motivar a criação de uma cultura de segurança da informação. Com isso, a estrutura responsável pela gestão de SIC é um dos pilares da Governança Institucional do órgão ou entidade e deve estar vinculada à alta administração.

CAPÍTULO 5. COMO SE FAZ ORÇAMENTO PÚBLICO NO BRASIL?

O Orçamento Público no Brasil está instituído na Lei nº4. 320/64 em seu art.2º define _A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos aos princípios de unidade, universalidade e anualidade; estabelece as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Conceituação básica o Direito Financeiro tem por objeto a disciplina jurídica de toda a atividade financeira do Estado e abrange receitas, despesas e créditos públicos. O Direito Tributário tem por objeto específico a disciplina jurídica de uma das origens da receita pública: o tributo. As normas básicas referentes ao Direito Financeiro e ao Tributário encontram-se na CF; na Lei nº4.320, de 17 de março de 1964; na Lei nº5.172, de 25 de outubro de 1966 - CTN; na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - LRF; e no Decreto nº93.872, de 24 de dezembro de 1986.

O Orçamento Público no Brasil inicia-se com um texto elaborado pelo Poder Executivo e entregue ao Poder Legislativo para discussão, aprovação e conversão em lei. O documento contém a estimativa de arrecadação das receitas federais para o ano seguinte e a autorização para a realização de despesas do Governo. Porém, está atrelado a um forte sistema de planejamento público das ações a realizar no exercício.

Seguindo o princípio da Legalidade Art. 37 de nossa Carta Magna, o Princípio da Legalidade sob a ótica da Administração Pública, ao estabelecer que administrador público só poderá agir dentro daquilo que é previsto e autorizado por lei. Essa colocação se faz necessária para entendimento de como o Orçamento Público é feito no Brasil que difere da área privada.

Para que o orçamento seja elaborado corretamente, ele precisa se basear em estudos e documentos cuidadosamente tratados que irão compor todo o processo de elaboração orçamentária do governo. Inicia-se com um texto elaborado pelo Poder Executivo e entregue ao Poder Legislativo para discussão, aprovação e conversão em lei. O documento contém a estimativa de arrecadação das receitas federais para o ano seguinte e a autorização para a realização de despesas do Governo. Porém, está atrelado a um forte sistema de planejamento público das ações a realizar no exercício.

Principais componentes da receita e despesa:

Gráfico 6.



Fonte: Secretária de Orçamento Federal Brasília 2017.

O ciclo orçamentário é um processo dinâmico e contínuo, com várias etapas articuladas entre si, por meio das quais sucessivos orçamentos são discutidos, elaborados, aprovados, executados, avaliados e julgados. Esse ciclo tem início com a elaboração do Plano Plurianual (PPA) e se encerra com o julgamento da última prestação de contas do Poder Executivo pelo Poder Legislativo.

A elaboração do Orçamento Público no Brasil é balizada por diretrizes contidas no texto constitucional. Em seu bojo, a CF traz três normas legais para direcionar o Orçamento: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Abaixo, discorrer-se-á sobre essas três normas fundamentais para a plena e correta elaboração e posterior execução do Orçamento Público.

Prazos Importantes Do Orçamento:

Tabela 3.



Fonte: Secretária de Orçamento Federal Brasília 2017.

A compreensão do orçamento exige o conhecimento de sua estrutura e sua organização, implementadas por meio de um sistema de classificação estruturado. Esse sistema tem o propósito de atender às exigências de informação demandadas por todos os interessados nas questões de finanças públicas, como os poderes públicos, as organizações públicas e privadas e a sociedade em geral.

Na estrutura atual do orçamento público, as programações orçamentárias estão organizadas em programas de trabalho, que contêm informações qualitativas e quantitativas, sejam físicas ou financeiras.

5.1 Plano Plurianual (PPA)

O Plano Plurianual é o planejamento orçamentário de médio prazo do governo. O PPA estabelece qualitativamente e quantitativamente quais serão os investimentos da administração pública em cada área em que atua (Saúde, Educação, Transporte, Indústria, Assistência Social, entre outros). O plano define as estratégias, diretrizes e metas da administração para um período de quatro anos. O PPA é revisado, monitorado e aperfeiçoado anualmente para ser readequado à situação esperada no próximo ano. É instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e

para as relativas aos programas de duração continuada, com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas.

5.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é elaborada anualmente e tem como objetivo apontar as prioridades do governo para o próximo ano. Ela orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, baseando-se no que foi estabelecido pelo Plano Plurianual. Ou seja, é um elo entre esses dois documentos. Enquanto o PPA é um documento de estratégia, pode-se dizer que a LDO delimita o que é e o que não é possível realizar no ano seguinte.

5.3 Lei Orçamentária Anual (LOA)

A Lei Orçamentária Anual estima a receita e a fixação das despesas do governo. É dividida por temas, como saúde, educação e transporte. Prevê também quanto o governo deve arrecadar para que os gastos programados possam de fato ser executados. Essa arrecadação se dá por meio dos tributos (impostos, taxas e contribuições). Se bem-feita, a LOA estará em harmonia com os grandes objetivos e metas estabelecidos pelo PPA.

CAPITULO 6 – INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFET’S)

6.1 História

A história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica começou em 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha através do decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909; criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices, que tinham o objetivo de oferecer ensino profissional primário e gratuito.

[...] que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação [...] (INEP, 1987).

Nos primeiros anos de funcionamento, apesar das Escolas Aprendizes e Artífices apresentarem poucos avanços no que diz respeito a sua filosofia e pedagogia, por outro lado, a rede de escolas trouxe uma grande novidade em relação à estrutura do ensino, constituindo-se o primeiro sistema educacional de abrangência nacional. (CUNHA apud FRIGOTTO, 2006, p. 35).

Só em 1937 a Constituição promulgada por Getúlio Vargas transformou as Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Industriais. O ensino técnico passou a ser fator estratégico para desenvolvimento da economia. Liceus passaram a trabalhar em sintonia com a expansão da indústria. Para sustentar esse crescimento, era preciso formar mão de obra qualificada, um bem escasso no Brasil naquele momento.

Em 1942, o então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, promoveu uma profunda reforma no sistema educacional brasileiro, que equiparou o ensino profissional e técnico ao nível médio. Na mesma ocasião, os Liceus Industriais passaram a se chamar Escolas Industriais e Técnicas.

O modelo prevaleceu até 1959, quando as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em Escolas Técnicas Federais e ganharam autonomia pedagógica e administrativa. Pouco depois, o ensino técnico ganhou um novo status.

Em 20 de dezembro de 1961, é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 4.024/61. A legislação envolve todos os níveis de ensino e equivalência dos cursos acadêmicos e profissionalizantes de mesmo nível.

Em 1978, inicia o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), através da Lei nº 6.545/78, instituições, podendo formar engenheiros de operação e tecnólogos. Na prática essa mudança acontece com a criação da Lei Nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, que institui no país o Sistema Nacional de Educação Tecnológica e transforma as Escolas Técnicas Federais em CEFET's, com abrangência nacional.

No processo de expansão da rede federal de educação profissional o então presidente Luiz Inácio promulga a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008; institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

6.2 Início dos IFET's

O decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, é assinado pelo Presidente Lula. Este foi o primeiro dispositivo legal que tratou sobre a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O Decreto estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituições dos Institutos Federais no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. (BRASIL, 2007b).

Em 12 de dezembro de 2007, o Ministério da Educação emitiu a Chamada Pública MEC/SETEC 02/2007 com o objetivo de acolher propostas de composições dos IFET's, a ser apresentado pelos estados da federação através de suas instituições representadas, num prazo de 90 dias.

O resultado da Chamada Pública foi apresentado em 31 de março de 2008 através da Portaria MEC/SETEC Nº 116. A relação das propostas aprovadas no processo de seleção subsidiaram a elaboração do Projeto de Lei de criação dos Institutos Federais de Educação,

Ciência e Tecnologia. O artigo 2º destaca que “Os Institutos Federais do Acre, do Amapá, de Brasília, do Mato Grosso do Sul e de Rondônia serão implantados a partir da transformação das respectivas Escolas Técnicas Federais, criadas nos termos da Lei n.º 11.534, de 25 de outubro de 2007”. (BRASIL, 2008a).

Em 29 de dezembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 11.892/08, criando 38 Institutos Federais de Educação. O sistema foi reorganizado com a criação dos IFET's, que absorveram os CEFET's, Escolas Técnicas Federais, agrotécnicas e vinculadas às Universidades Federais.

6.3 Objetivos

A implantação dos IFET's tem constituindo-se um espaço fundamental para a construção de novas propostas voltadas para a Educação Profissional e Tecnológica na busca de sintonia com as potencialidades de desenvolvimento local e regional. Eles surgem como autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, encontrando na região onde estão localizados seu modelo pedagógico elementos singulares para a definição de sua identidade. Assim, é importante destacar que:

É na compreensão dos aspectos essenciais dessa relação e na sedimentação do sentimento de pertencimento territorial que se torna possível subverter a submissão de identidades locais a uma global. Esse caminho passa necessariamente por uma educação que possibilite ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade. (PACHECO, 2010).

Para Pacheco (2010) a estrutura multicampi e a definição do território de abrangência das ações dos Institutos Federais afirmam o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, ao identificar os problemas e propondo soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social.

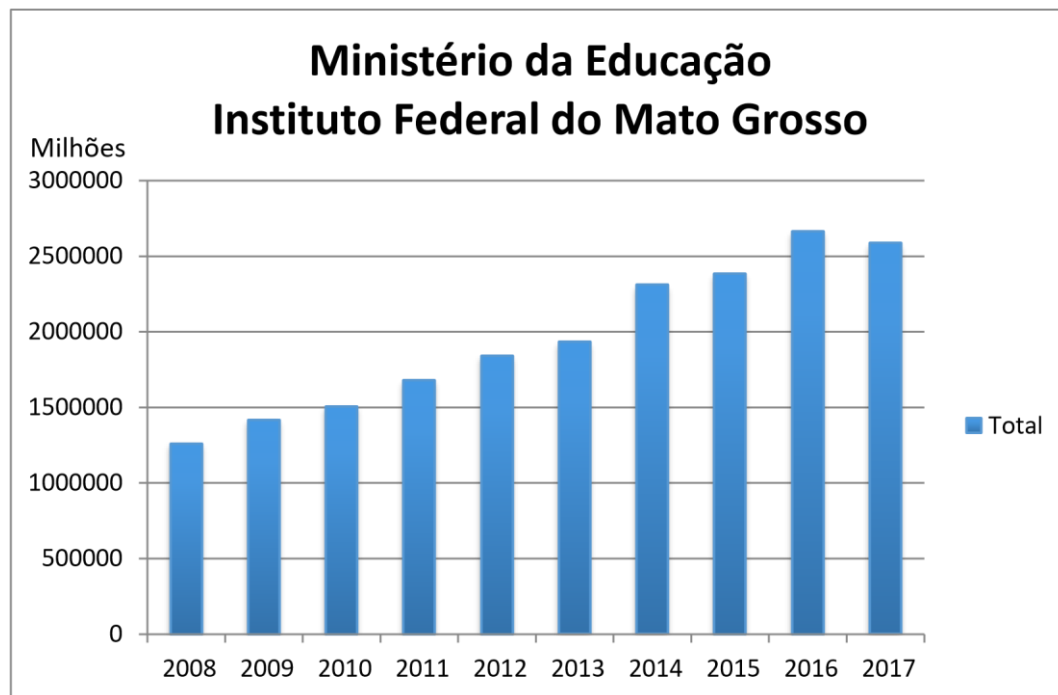
6.4 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso (IFMT).

É missão do IFMT proporcionar a formação científica, tecnológica e humanística nos vários níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, de forma plural, inclusiva e democrática, pautada no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, preparando o educando para o exercício da profissão e da cidadania com responsabilidade ambiental.

Com base nos repasses feitos nos últimos 10 anos pelo MEC diretamente ao IFMT, apresenta crescimento nos repasses leve estagnação em 2015 em relação a 2014

exatamente pela crise econômica do país; em 2016 a elevação do gasto IFMT e em 2017 uma queda aproximadamente 3%, IFMT conta com fomento de outros Órgãos Públicos.

Gráfico 7.



Fonte: Elaborada pelo autor.

6.5 História do IFMT

A história do Instituto Federal de Mato Grosso inicia-se no ano de 1909, quando se iniciaram as primeiras experiências em educação profissional e tecnológica no País. Neste ano, foi criada a Escola de Aprendizes e Artífices de Mato Grosso, onde atualmente funciona o Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva deste IFMT. Depois disso, no ano de 1943, foi criada o Aprendizado Agrícola de Mato Grosso, em Santo Antônio do Leverger, onde atualmente funciona o Campus São Vicente. Já no ano de 1980, foi criada a Escola Agro técnica Federal de Cáceres, atualmente Campus Cáceres. Após algumas mudanças de nomenclatura, chegamos ao ano de 2008, com três centros de referência em educação profissional no Estado: o CEFET Mato Grosso (em Cuiabá), o CEFET Cuiabá (em São Vicente) e a Escola Agro técnica Federal de Cáceres. Neste período, já estavam em funcionamento ou em fase de implantação as unidades de ensino

descentralizadas (UNED), no bairro do Bela Vista (Cuiabá) e nos municípios de Pontes e Lacerda, Campo Novo do Parecis, Juína, Confresa, Barra do Garças e Rondonópolis.

Até que na data de 29 de dezembro de 2008, a Lei 11.892 cria os Institutos Federais em todo o País. Em Mato Grosso, a junção das três autarquias - CEFET Mato Grosso (em Cuiabá), o CEFET Cuiabá (em São Vicente) e Escola Agro técnica Federal de Cáceres - cria o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), que desde então, em um processo de expansão e interiorização, alcançou diversas outras localidades, tais como Primavera do Leste, Várzea Grande, Alta Floresta, Diamantino, Lucas do Rio Verde e Tangará da Serra.

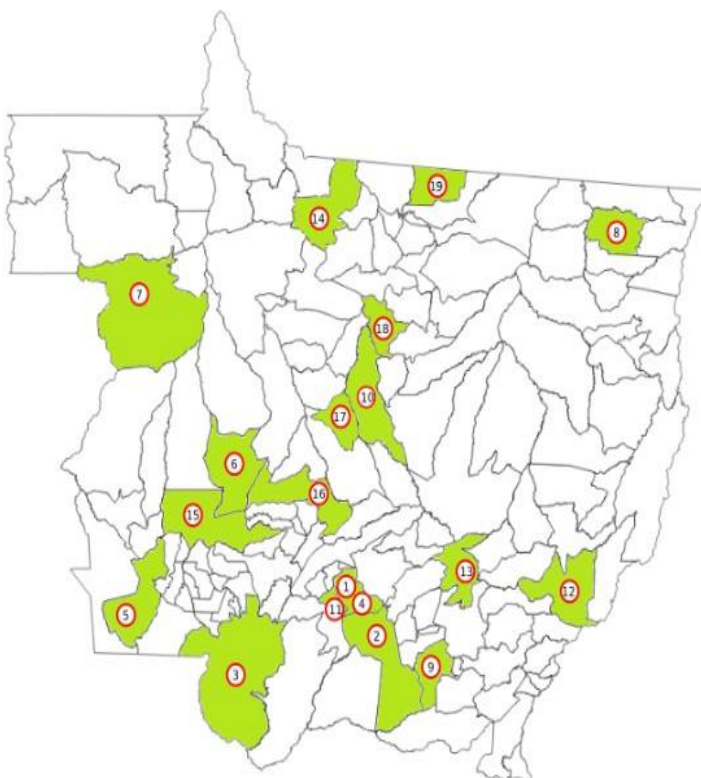
Atualmente tem 19 unidades, 278 cursos, 31.142 matrículas, 11.631 ingressantes, 5.456 concluintes. 13.727 vagas e 23.163 inscritos. O que dimensiona a importância do IFMT para o Estado.

Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, o IFMT é equiparado às Universidades Federais.

É uma instituição vinculada ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O IFMT tem no Estado de Mato Grosso a sua área de atuação geográfica, conta com dezenove campus em funcionamento:

Campus do IFMT :



01. Campus Cuiabá - Octayde Jorge da Silva
02. Campus São Vicente
03. Campus Cáceres - Professor Olegário Baldo
04. Campus Cuiabá - Bela Vista
05. Campus Pontes e Lacerda - Fronteira Oeste
06. Campus Campo Novo do Parecis
07. Campus Juína
08. Campus Confresa
09. Campus Rondonópolis
10. Campus Sorriso
11. Campus Várzea Grande
12. Campus Barra do Garças
13. Campus Primavera do Leste
14. Campus Alta Floresta
15. Campus Avançado de Tangará da Serra
16. Campus Avançado de Diamantino
17. Campus Avançado de Lucas do Rio Verde
18. Campus Avançado de Sinop
19. Campus Avançado de Guarantã do Norte

Fonte: <http://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/os-campi-do-ifmt/>

A federalização da antiga Escola Agro técnica Municipal Dorvalino Minozzo, em Campo Novo do Parecis, aconteceu no ano de 2008, quando o CEFET Cuiabá instalou uma Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) no município.

Com a criação dos Institutos, a UNED Parecis passou a ter o status de campus do IFMT, ganhando autonomia administrativa, inclusive a de criar cursos e expedir diplomas nos níveis Médio, Técnico e Superior.

A construção da UNED Parecis, atualmente campus Campo Novo do Parecis é resultante do Plano de Expansão II da Rede Federal de Educação Tecnológica. A Prefeitura cedeu uma área total, de 73 hectares, antes pertencentes à Escola Agro técnica Municipal Dorvalino Minozzo (que estava desativada há dois anos), para a Diretoria do CEFET Cuiabá.

6.6 IFMT em Campo Novo do Parecis (IFMT-CNP)

6.7 Dados sobre o Campus

O Campo Novo do Parecis é resultante do Plano de Expansão II da Rede Federal de Educação Tecnológica.

No ano de 2008, tiveram início as obras de construção e reforma nas 20 unidades, entre prédios de aula, laboratórios, blocos administrativos, biblioteca, refeitório, dormitório, viveiro, unidades de produção, dentre outros.

Os primeiros servidores da unidade, entre professores e técnicos administrativos, foram selecionados através de concurso público, no mês de julho.

O mês de setembro marca o início efetivo das suas atividades pedagógicas com a primeira turma de Licenciatura em Matemática, quando 35 acadêmicos ingressaram no curso através de vestibular.

Ao final do ano, um novo vestibular e exame de Seleção foi realizado, selecionando 280 alunos para a Instituição, que passou a contar com os cursos de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, e os cursos superiores de Agronomia, Licenciatura em Matemática e Tecnologia em Agroindústria.

No ano de 2014, quando a Instituição completou 06 anos de atividade, técnicos administrativos, docentes e estudantes do campus Campo Novo do Parecis, puderam escolher, através de votação, o Diretor Geral da instituição, em eleição realizada no dia 31 de março. O primeiro Diretor Geral eleito, Fábio Luís Bezerra foi empossado do dia 30 de abril.

No ano de 2014 os cursos de Bacharelado em Agronomia, Licenciatura em Matemática e Tecnologia em Agroindústria foram reconhecidos, pelo Ministério da Educação – MEC, indicando que atendem aos requisitos legais exigidos e aos padrões de qualidade estabelecidos pelo órgão.

Neste mesmo ano teve início as atividades de curso superior de Tecnologia em Processos Gerenciais.

No ano de 2015 foi disponibilizada mais uma opção de curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, ofertando 35 vagas aos interessados em capacitação na área de informática, com o Curso Técnico em Manutenção e Suporte de Informática. A primeira turma iniciará as aulas em 2016.

O campus CNP em números apresenta maior percentual em Graduação com 52,81% e 47,19% de curso Técnico as fontes de financiamento são duas E-TEC: é a disponibilização de bolsas que são concedidas e pagas aos professores que ministram cursos técnicos subsequentes ou concomitantes ao ensino médio bem como cursos técnicos vinculados à educação de jovens e adultos na modalidade à distância, oferecidos pela Rede E-TEC Brasil. Responsáveis pela implantação de polos de apoio presencial do programa tem como Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC). E recursos

Orçamentários que é o objetivo desse estudo.

Matrícula por Nível

Tabela 4.



Fonte: Fonte: Extração dos dados do SISTEC 2017

Tipo de Curso

Tabela 5.

| Tipo de Curso | Cursos | Matrículas | Ingressantes | Concluintes | Vagas | Inscritos |
|---------------|--------|------------|--------------|-------------|-------|-----------|
| Técnico | 6,0 | 706,0 | 237,0 | 128,0 | 263,0 | 235,0 |
| Tecnologia | 2,0 | 246,0 | 63,0 | 7,0 | 75,0 | 63,0 |
| Bacharelado | 1,0 | 402,0 | 76,0 | 40,0 | 75,0 | 75,0 |
| Licenciatura | 1,0 | 142,0 | 32,0 | 8,0 | 35,0 | 32,0 |

Fonte: Fonte: Extração dos dados do SISTEC 2017

6.8 Cursos ofertados

O Campus CNP oferece educação superior nas modalidades Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogos. No Bacharelado oferta o curso de Agronomia, na Licenciatura o curso de Matemática e no Tecnólogo os cursos de Agroindústria e Processos Gerenciais.

Na modalidade Subsequente é ofertado o curso Técnico em Agropecuária, no Polo do IFMT Campus Campo Novo do Parecis localizado no município de Sapezal, localizado a aproximadamente 160 km.

Para o Ensino Médio é ofertado curso Técnico em Agropecuária e Técnica em Manutenção e Suporte em Informática, ambos Integrados ao Ensino Médio.

Além disso, o Campus Campo Novo do Parecis oferece o curso Técnico em Administração, na modalidade Proeja - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Tabela 6.

| Eixo Tecnológico | SubEixo Tecnológico | Cursos | Matrículas | Ingressantes | Concluintes | Vagas | Inscritos |
|--------------------------|-----------------------------|--------|------------|--------------|-------------|-------|-----------|
| Desenvolvimento Educa.. | Desenvolvimento Educacional | 5,0 | 317,0 | 33,0 | 129,0 | 35,0 | 32,0 |
| Gestão e Negócios | Gestão e Negócios | 4,0 | 227,0 | 91,0 | 9,0 | 120,0 | 91,0 |
| Informação e Comunicação | Informática | 1,0 | 67,0 | 36,0 | 0,0 | 36,0 | 36,0 |
| Produção Alimentícia | Agroindustria | 1,0 | 138,0 | 25,0 | 2,0 | 35,0 | 25,0 |
| Recursos Naturais | Agrícola | 3,0 | 922,0 | 224,0 | 164,0 | 222,0 | 221,0 |

6.9. Amostra do Estudo

Mediante o estudo do Departamento de Administração e Planejamento _DAP do Campus, no plano jurídico-financeiro, e das planilhas do setor financeiro do campus – já se voltando para a aplicação dos recursos destinados ao campus – verificar se as verbas recebidas são direcionadas para o seu destino correto.

Já o referencial teórico, por sua vez, terá de trabalhar com os seguintes temas-chave: Administração Pública, Planejamento Estratégico e Orçamento Público, aplicando-os na esfera da Educação Federal, em especial no IFMT-CNP.

6.10 Recolha de Dados

O orçamento de 2018 do IFMT campus de Campo Novo do Parecis foi composto pelas seguintes ações orçamentárias: Matriz (Ação 20RL), Arrecadação Própria (Ação: 20RL), Assistência Estudantil (Ação 2994) e Matriz (00M0 – CONIF), ficando sem repasse aplicação financeira (Ação 20RL) e Expansão Fase III (Ação 20RG); cada ação é influenciada diretamente pela quantidade de alunos matriculados no Campus (Cunha, 2015), independentemente do nível, tendo, porém, cada curso um determinado peso. Conforme o planejamento dos Campus, que apresenta as projeções à oferta de cursos, matrículas e vagas para o período 2014/2 a 2019/1, apresenta-se a seguinte síntese:

Precisão de Matrículas - IFMT

Tabela 7.

| MODALIDADE | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|--------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Integrado | 4856 | 5656 | 6528 | 7425 | 8005 | 8150 |
| Subsequente | 2030 | 2122 | 2098 | 2121 | 2126 | 2071 |
| Concomitante | 0 | 35 | 70 | 70 | 70 | 70 |
| Concomitante - PROEJA | 0 | 70 | 140 | 210 | 245 | 280 |
| PROEJA | 189 | 482 | 937 | 1352 | 1597 | 1597 |
| Licenciatura | 845 | 884 | 1075 | 1335 | 1630 | 1900 |
| Licenciatura - UAB | 500 | 500 | 500 | 500 | 500 | 500 |
| Especialização - F.P. | 60 | 230 | 425 | 445 | 445 | 480 |
| Bacharelado | 1076 | 1244 | 1499 | 1749 | 2034 | 2319 |
| Bacharelado - Engenharia | 933 | 1123 | 1343 | 1563 | 1633 | 1703 |
| Tecnologia | 2424 | 2553 | 2430 | 2866 | 3326 | 3451 |
| Tecnologia - UAB | 650 | 650 | 650 | 650 | 650 | 650 |
| Especialização | 0 | 135 | 265 | 230 | 235 | 275 |
| Mestrado Profissional | 0 | 16 | 32 | 32 | 32 | 32 |
| Mestrado Acadêmico | 20 | 20 | 20 | 30 | 40 | 40 |
| Doutorado | 0 | 0 | 0 | 10 | 20 | 30 |
| Total IFMT | 13583 | 15720 | 18012 | 20588 | 22588 | 23548 |

Fonte: PDI-CONSUP-2014-2018

Com base na precisão de matrículas elaborada em 2014 para o ano de 2017 teria aproximadamente 20.588 matriculados, como o cálculo do orçamento tem relação com número de matrículas, incluindo somente matrículas dos cursos presenciais, entretanto tomando como base a realidade, no ano 2017 essa projeção foi inferior, pois no comparativo temos um percentual de matrículas superior em 4,44 %.

Matrículas - IFMT

Gráfico 8.



Fonte: Fonte: Extração dos dados do SISTEC 2017

Entretanto na previsão de vagas houve um declínio do que foi a projeção de 7.856 para o ano 2017, para 7.516. Logo, a previsão de crescimento de vagas declinou, entretanto, as matrículas tiveram crescimento.

Previsão de Vagas-IFMT:

Tabela 8.

| MODALIDADE | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|--------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Integrado | 1785 | 2325 | 2510 | 2655 | 2570 | 2690 |
| Subsequente | 765 | 685 | 765 | 870 | 790 | 870 |
| Concomitante | 0 | 35 | 35 | 35 | 35 | 35 |
| Concomitante - PROEJA | 0 | 70 | 70 | 70 | 105 | 105 |
| PROEJA | 65 | 355 | 580 | 580 | 615 | 615 |
| Licenciatura | 210 | 270 | 390 | 465 | 490 | 525 |
| Licenciatura - UAB | 0 | 250 | 250 | 250 | 250 | 250 |
| Especialização - F.P. | 60 | 170 | 255 | 290 | 255 | 325 |
| Bacharelado | 285 | 360 | 495 | 570 | 605 | 570 |
| Bacharelado - Engenharia | 190 | 300 | 330 | 290 | 290 | 290 |
| Tecnologia | 948 | 670 | 940 | 1135 | 1170 | 1170 |
| Tecnologia - UAB | 500 | 500 | 500 | 500 | 500 | 500 |
| Especialização | 0 | 135 | 130 | 100 | 135 | 140 |
| Mestrado Profissional | 0 | 16 | 16 | 16 | 16 | 16 |
| Mestrado Acadêmico | 0 | 10 | 10 | 20 | 20 | 20 |
| Doutorado | 0 | 0 | 0 | 10 | 10 | 10 |
| Total IFMT | 4808 | 6151 | 7276 | 7856 | 7856 | 8131 |

Fonte: PDI-CONSUP-2014-2018.

O orçamento anual de cada IF é proposto através do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) e do Fórum dos Pró-Reitores de Planejamento e Administração (FORPLAN), com base nos dados dos alunos atuais (Cunha, 2015).

Este documento inicial, denominado Matriz CONIF, vai para o IF em questão, o qual distribui, entre os campus, campus avançados, polos e demais instâncias, o valor que está no papel. Após a elaboração desse orçamento, o indicativo de proposta orçamentária anual de cada IF precisa da aprovação do Ministério da Educação (MEC), da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e do Congresso Nacional. No caso da matriz orçamentária indicada ser aprovada com os valores propostos, cada IF receberá o repasse orçamentário correspondente e distribuirá às suas instâncias (Pró-Reitoria de Administração e Planejamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso).

Matriz proposta final

Tabela 9.

| MATRIZ 2018 | | Percentual | Assistência Estudantil |
|-------------|---------------|------------|------------------------|
| IFMT | 56.915.825,24 | 24% | 13.547.548,68 |
| CNP | 5.127.796,19 | 21% | 1.059.130,09 |

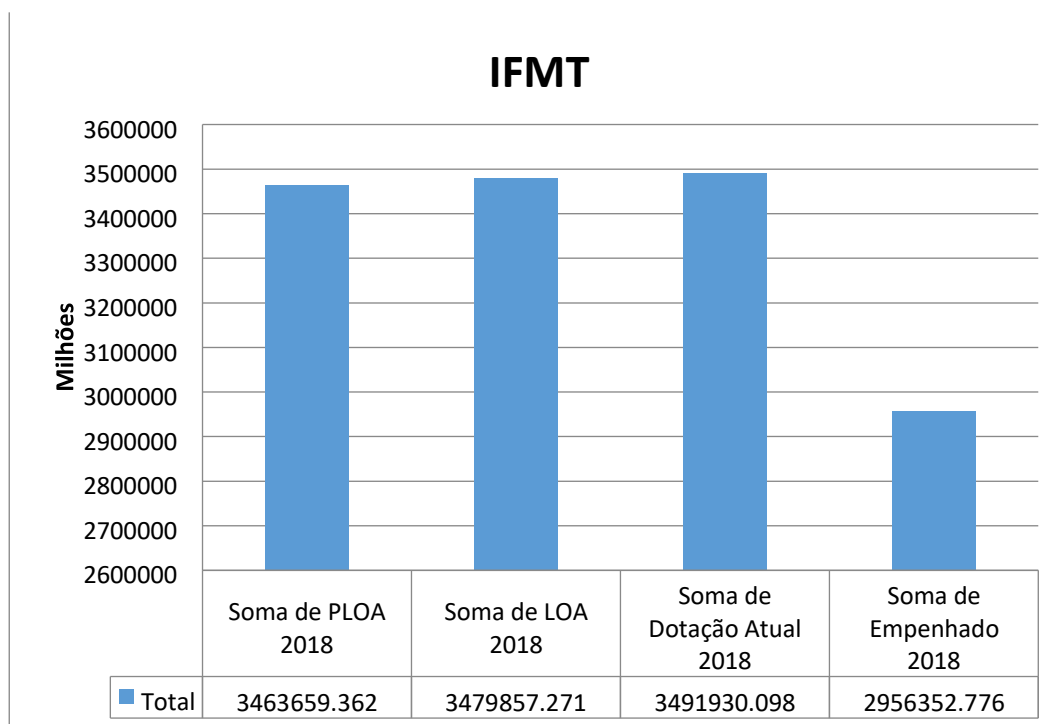
Fonte: Elaborada pelo autor

Trazendo para o caso em estudo, ao IFMT campus Campo Novo do Parecis será repassado o valor que para ele foi aprovado por todo esse trâmite burocrático – dentro do orçamento destinado ao IFMT como um todo – para ser executado no decorrer do ano de acordo com o que a LOA tiver estabelecido. Neste caso a Assistência Estudantil serviu para embasar o quanto de forma percentual e repassado para CNP pelo IFMT.

Assim, depreende-se que estudar a LOA e esses outros documentos iniciais possibilita apreender para onde é que os recursos estavam destinados e, conseqüentemente, para onde eles devem ir, a fim de manter “coerência com aquilo que foi planejado e discutido em momentos anteriores” (Cunha, 2015, p. 14).

Orçamento PLOA /LOA 2018

Gráfico 9.



Fonte: Elaborada pelo Autor.

CAPITULO 7 – IFMT-CNP E ORÇAMENTO

7.1 Orçamento do IFMT-CNP

A compreensão do orçamento do IFMT exige o conhecimento de sua estrutura e sua organização, implementadas por meio de um sistema de classificação estruturado. Esse sistema tem o propósito de atender às exigências de informação demandadas por todos os interessados nas questões de finanças públicas, como os poderes públicos, as organizações públicas e privadas e a sociedade em geral.

Na estrutura atual do orçamento público, as programações orçamentárias estão organizadas em programas de trabalho, que contêm informações qualitativas e quantitativas.

Trata-se da unidade responsável pela destinação do gasto, ou seja, cada campus e Reitoria do IFMT possui um número de Unidade Gestora Responsável (UGR), o que facilita o controle da destinação e do uso do recurso público.

Bem como as unidades com autonomia para execução da despesa pública, dotadas de estrutura de pessoal para garantir a segregação de funções nos processos de execução. No âmbito da Rede Federal, com exceção do campus avançado, todas as unidades possuem condições de se tornarem UGEs.

O GND é um agregador de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme discriminado a seguir:

Pessoal e Encargos Sociais (Código 1) - Despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativos e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência. São despesas obrigatórias, as quais o gestor da unidade não possui autonomia de gestão, enquanto nos dois grupos a seguir teremos as despesas consideradas como discricionárias. Despesas discricionárias são aquelas despesas que permitem ao gestor público flexibilidade quanto ao estabelecimento de seu montante, assim como quanto à oportunidade de sua execução, e são efetivamente as que concorrem para produção de bens e serviços públicos.

Os Juros e Encargos da Dívida (Código 2): despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.

Outras Despesas Correntes (Código 3) – Também chamado informalmente de recurso de custeio, são os recursos orçamentários destinados à aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa aquisição de um bem de capital; é a conta que faz parte dessa Dissertação e analisar mais adiante para melhor compreensão da Ação e Conta.

Investimentos (Código 4) – Também chamado informalmente de recurso de capital, trata-se do orçamento destinado à aquisição de softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. Em geral são grandes eixos/temas de operação da qual resultam produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender ao objetivo de um programa. Cada ação possui um produto/meta a ser realizado.

No âmbito do IFMT destacam-se as seguintes ações, sendo todas elas discricionárias:

O recurso orçamentário do IFMG, como ocorre em qualquer instituição pública federal, é proveniente da previsão de arrecadação da receita de impostos federais, contribuições e receitas próprias. Não havendo arrecadação do governo, o IFMG é afetado diretamente. Foi o que aconteceu no segundo semestre de 2015 no qual houve um déficit no resultado entre receitas e despesas, conseqüentemente os recursos financeiros para pagamento de fornecedores e bolsas estudantis não eram repassados em uma frequência ordinária e suficiente, o que se repetiu por um longo período de 2016.

A metodologia que o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF utiliza para que a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC faça a distribuição de recursos orçamentários entre as Instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - Rede EPT, é denominada de Matriz CONIF. Esses recursos serão provisionados na Lei Orçamentária Anual – (LOA).

A metodologia da Matriz CONIF leva em consideração fatores determinantes como número de alunos ativos, carga horária dos cursos, dias de curso, peso dos cursos e bonificações. Através desses fatores chegaremos a um número de matrículas ponderadas, que demonstrarão o esforço e a representatividade de cada turma como uma fração do orçamento destinado à Rede EPT.

Entender como se faz Orçamento Total do IFMT e como é direcionado para os Campus, Reitoria, Propes e a Proex é muito importante: como exemplo tomamos o ano 2017 evidenciamos os recursos para devidas considerações. Entretanto as projeções são baseadas no planejamento

Segundo (PADILHA, 2001, p. 30) Planejamento é processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, visando ao melhor funcionamento de empresas, instituições, setores de trabalho, organizações grupais e outras atividades humanas. O ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações.

Orçamento IFMT 2017

Tabela 10.

| Unidade | Recurso |
|-------------------------|------------------|
| Campus Cuiabá | R\$ 9.670.270,00 |
| Campus Cáceres | R\$ 5.461.958,00 |
| Campus São Vicente | R\$ 7.621.048,00 |
| Campus Campo Novo | R\$ 6.388.643,00 |
| Campus Juína | R\$ 4.214.821,00 |
| Campus Bela Vista | R\$ 3.754.222,00 |
| Campus Pontes e Lacerda | R\$ 2.710.547,00 |
| Campus Confresa | R\$ 5.081.065,00 |
| Campus Barra do Garças | R\$ 2.210.227,00 |
| Campus Rondonópolis | R\$ 2.032.633,00 |

| | |
|-----------------------------------|-------------------|
| Campus Sorriso | R\$ 2.610.104,00 |
| Campus Primavera do Leste | R\$ 1.687.828,00 |
| Campus Várzea Grande | R\$ 1.378.026,00 |
| Campus Alta Floresta | R\$ 1.406.464,00 |
| Campus Tangara da Serra | R\$ 839.519,00 |
| Campus Diamantino | R\$ 657.405,00 |
| Campus Sinop | R\$ 659.640,00 |
| Campus Lucas do Rio Verde | R\$ 688.449,00 |
| Campus Guarantã do Norte | R\$ 584.089,00 |
| Pró-reitoria de Pesquisa (PROPEX) | R\$ 765.562,00 |
| Pró-reitoria de Extensão (PROEX) | R\$ 382.781,00 |
| Reitoria | R\$ 12.985.435,00 |
| EAD | R\$ 1.725.830,00 |
| Orçamento Total do IFMT | R\$ 75.516.566,00 |

Fonte: ifmt.edu.br/2017.

O Orçamento Total do Campus Campo Novo do Parecis é resultante da soma dos recursos oriundos de arrecadação própria (receita auferida diretamente pelo Campus) e dos recursos providos pelo Tesouro Nacional (receitas auferidas majoritariamente através da atividade tributária da União).

O Campus Campo Novo do Parecis apresenta uma fonte de arrecadação de receita própria constituem recursos gerados por receita própria na Fonte (250), por exemplo: aluguéis oriundos de concessão onerosa de espaço, realização de venda de excedente de produção animal, taxas com serviços educacionais diversos, entre outros. Em alguns períodos durante o exercício financeiro é realizado a estimativa da receita própria que será arrecadada no exercício corrente.

Anualmente, no momento reservado para a construção da matriz orçamentária, o gestor do Campus realiza a divisão do montante orçamentário entre atividades de custeio (despesas com água e energia elétrica, serviços terceirizados, etc.) e atividade de investimento (Expansão física do campus, aquisição de equipamentos, veículos, etc.), conforme as finalidades constantes no seu planejamento interno.

Considerando que a manutenção do funcionamento das atividades do campus apresenta-se como prioridade frente a outras despesas, o orçamento de custeio constitui montante significativamente maior que o orçamento de investimento. O recurso de custeio é provido pelo Tesouro Nacional através da Secretaria de Orçamento Federal (SOF). Da mesma forma, cabe ao gestor do Campus determinar quanto do seu orçamento será destinado para o custeio do funcionamento da unidade e quanto será destinado para investimento, este também cabe definir como será feita a divisão dos recursos de custeio entre as diversas ações disponíveis (Funcionamento da educação, capacitação de servidores, etc.).

Cabe destacar que, sobre o orçamento de custeio do Campus, é descontado o percentual de 0,08% a título de contribuição para a manutenção das atividades do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF).

Dentro do orçamento do Campus há recursos que são destinados especificamente para as atividades de Assistência Estudantil (Ação 2994). Tais recursos também são providos pelo Tesouro Nacional.

Metodologia De Cálculo Do Orçamento Da Ação 20r1

Tabela 11.

| Tipo de Recurso campus CNP | Recurso |
|--|-------------------------|
| Recurso do Tesouro (Funcionamento da educação) | R\$ 4.789.548,00 |
| Recurso do Tesouro (Capacitação de Servidores) | R\$ 10.000,00 |
| Recurso do Tesouro (Conif) | R\$ 3.843,00 |
| Recurso do Tesouro (Outras Contribuições) | R\$ - |
| Assistência Estudantil | R\$ 1.100.000,00 |
| Receita Própria (250) | R\$ 485.252,00 |
| Receita Própria (280) | R\$ - |
| Expansão | R\$ - |
| Total Orçamento Campus | R\$ 6.388.643,00 |

Fonte: ifmt.edu.br/2017

| | | | | | | | | | | |
|--------|------|------|------|----------|----------|----------|--------|-----|-----|-----|
| Campus | 0,73 | 1003 | 1255 | 1.129,00 | 4352,485 | 4398,678 | 4375,6 | 119 | 103 | 111 |
| CNP | | | | | | | | | | |

Fonte: CONIF.

A última etapa a ser realizada para definir o valor do orçamento do campus para a ação em análise é realizar a multiplicação da Fração das Matrículas (encontrada na operação anterior) pelo valor do orçamento padrão previamente definido pela SETEC para os campus da categoria Pré-expansão.

Sendo assim, tendo em vista que o Campus da cidade de Campo Novo do Parecis é classificado como Pré-expansão (campus com mais de cinco anos), para encontrarmos o valor total do orçamento da unidade para a Ação de Funcionamento da Educação e Capacitação multiplicamos a fração da quantidade de alunos matriculados.

7.2 LOA de 2018

É importante esclarecer que a peça orçamentária se constitui em um instrumento de planejamento da Administração Pública, e está inserida em um contexto mais amplo de outros instrumentos de planejamento orçamentário, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual. Nesse contexto segundo (LIMA e CASTRO, 2000, p.19):

Orçamento Público é o planejamento feito pela Administração Pública para atender, durante determinado período, aos planos e programas de trabalho por ela desenvolvidos, por meio da planificação das receitas a serem obtidas e pelos dispêndios a serem efetuados, objetivando a continuidade e a melhoria quantitativa e qualitativa dos serviços prestados a sociedade. (LIMA e CASTRO, 2000, p.19).

Outro ponto que sempre devemos ter em consideração é que, a LOA, enquanto instrumento de planejamento, está sujeita a alterações e readequações durante a sua execução. Uma dessas possíveis readequações, e que ocorre com bastante frequência, refere-se à alteração do valor efetivo de orçamento disponível para um determinado órgão (o famoso limite de empenho).

Como o Orçamento é elaborado a partir de estimativas de arrecadação de receitas, o orçamento efetivo (limite) somente é liberado aos órgãos com a efetiva arrecadação da

receita prevista, ou seja, se há frustração de receitas o limite liberado para os órgãos se torna menor (os famosos contingenciamentos).

Portanto, a Lei Orçamentária Anual é um instrumento fundamental de planejamento para a Instituição, pois é a partir do orçamento ali previsto que podemos eleger as prioridades para o exercício. De tal forma, diante de um contexto de necessidades ilimitadas e de um orçamento limitado, o planejamento se torna ainda mais fundamental e urgente. No ano vigente o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2018.

Tabela 13.

| PLOA 2018 | | | | | | |
|---|--------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| DESCRIÇÃO | ND | FONTE 112 | FONTE 100 | FONTE 250 | FONTE 280 | TOTAL |
| AÇÃO 20RL - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL | | | | | | |
| Campo Novo | 339000 | 4,934,504.00 | 0 | 308,079.00 | 0 | 5,242,583.00 |
| | 339100 | 15,600.00 | 0 | 3,081.00 | 0 | 18,681.00 |
| | 449000 | 100,000.00 | 0 | 0 | 0 | 100,000.00 |
| | | 5,050,104.00 | 0 | 311,160.00 | 0 | 5,361,264.00 |
| AÇÃO 4572 - CAPACITAÇÃO | | | | | | |
| Campo Novo | 339000 | 70,000.00 | 0 | 0 | 0 | 70,000.00 |
| | 339100 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | 70,000.00 | 0 | 0 | 0 | 70,000.00 |
| AÇÃO 2994 - ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL | | | | | | |
| Campo Novo | 339000 | 0 | 479,676.00 | 0 | 0 | 479,676.00 |
| | 339018 | 0 | 350,000.00 | 0 | 0 | 350,000.00 |
| | 449000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | 0 | 829,676.00 | 0 | 0 | 829,676.00 |
| 00M0 - Contribuição para o CONIF e OUTRAS CONTRIBUIÇÕES | | | | | | |
| Campo Novo | 335000 | 7,692.00 | 0 | 0 | 0 | 7,692.00 |

Fonte: Elaborada pelo autor (Base de SIC; IFMT)

| | Diferença | | | | | | | | |
|---------------------------|----------------------------|-----|------------------|----------------|------------------|---------------|------------------|---------------|------------------|
| Matriz (00M0 CONIF) | Crédito Disponibilizado | 112 | 4.259 | -10,03% | 3.832 | 100,73% | 7.692 | -16,08% | 6.455 |
| | - Crédito Distribuído | | 4.259 | -20,98% | 3.365 | 128,58% | 7.692 | -10,37% | 6.894 |
| | Diferença | | 0 | | 467 | | 0 | | -439 |
| TOTAL | | | 6.457.192 | -13,79% | 5.566.809 | 12,61% | 6.268.631 | -6,50% | 5.861.289 |

Tabela 15-

| VARIACÃO CNP | | | Variacão | Variacão | Variacão 16/19 |
|---|---------------------|-------|---------------|--------------|----------------|
| ORIGEM | SITUAÇÃO | FONTE | 16/18 | 17/19 | |
| Matriz (Ação 20RL) | Crédito | 112 | -3,67% | -3,96% | -13,66% |
| | Disponibilizado | | | | |
| | Crédito Distribuído | 263 | -3,67% | 9,26% | -13,66% |
| | Diferença | | | | |
| Arrecadação Própria (Ação 20RL) | Crédito | 250 | 132,21% | -59,64% | 44,72% |
| | Disponibilizado | | | | |
| | Crédito Distribuído | | 132,21% | -22,43% | 44,72% |
| | Diferença | | | | |
| Aplicação Financeira (Ação 20RL) | Crédito | 280 | | | |
| | Disponibilizado | | | | |
| | Crédito Distribuído | | | | |
| | Diferença | | | | |
| Assistência Estudantil (Ação 2994) | Crédito | 100 | -17,03% | -3,50% | 7,12% |
| | Disponibilizado | | | | |
| | Crédito Distribuído | | -17,03% | -3,50% | 7,12% |
| | Diferença | | | | |
| Expansão Fase III (Ação 20RG) | Crédito | 112 | | | |
| | Disponibilizado | | | | |
| | Crédito Distribuído | | | | |
| | Diferença | | | | |
| Matriz (00M0 - CONIF) | Crédito | 112 | 80,61% | 68,45% | 51,56% |
| | Disponibilizado | | | | |
| | Crédito Distribuído | | 80,62% | 104,88% | 61,89% |
| | Diferença | | | | |
| TOTAL | | | -2,92% | 5,29% | -9,23% |

Assistência Estudantil (Ação 2994) foi o único que apresentou crescimento na distribuição de financiamento respeitando a entrada de mais discentes Matrizes (00M0 - CONIF) também apresenta variação negativa, em suma a realização das receitas na variável dos anuais e na realização da mesma se evidencia a falta de fomento para atender as expectativas realizadas no orçamento.

Matriz (00M0 - CONIF) também apresenta variação negativa, em suma a realização das receitas na variável dos anuais e na realização da mesma se evidencia a falta de fomento para atender as expectativas realizadas no orçamento.

Tabela 16.

| PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA | | | 2016 | 2017 | Varição |
|------------------------------------|----------------------------|-------|-----------|-----------|---------|
| ORIGEM | SITUAÇÃO | FONTE | CNP | CNP | 16/17 |
| Matriz (Ação 20RL) | Crédito Disponibilizado | 112 | 5.323.192 | 4.785.716 | -10,10% |
| | Crédito Distribuído | 263 | 5.323.192 | 4.206.809 | -20,97% |
| | Diferença | | 0 | 578.907 | |
| | | | | | |
| Arrecadação Própria (Ação 20RL) | Crédito Disponibilizado | 250 | 134.000 | 480.448 | 258,54% |
| | Crédito Distribuído | | 134.000 | 250.000 | 86,57% |
| | Diferença | | 0 | 230.448 | |
| | | | | | |
| Aplicação Financeira (Ação 20RL) | Crédito Disponibilizado | 280 | | | |
| | Crédito Distribuído | | | | |
| | Diferença | | | | |
| | | | | | |
| Assistência Estudantil (Ação 2994) | Crédito Disponibilizado | 100 | 1.000.000 | 1.110.000 | 11,00% |
| | Crédito Distribuído | | 1.000.000 | 1.110.000 | 11,00% |
| | Diferença | | 0 | 0 | |
| | | | | | |
| Expansão Fase III (Ação 20RG) | Crédito Disponibilizado | 112 | | | |
| | Crédito Distribuído | | | | |
| | Diferença | | | | |
| | | | | | |

| | | | | | |
|--------------------------|----------------------------|-----|------------------|------------------|----------------|
| Matriz (00M0 - CONIF) | Crédito Disponibilizado | 112 | 4.259 | 3.832 | -10,03% |
| | Crédito Distribuído | | 4.259 | 3.365 | -20,98% |
| | Diferença | | 0 | 467 | |
| TOTAL | | | 6.457.192 | 5.566.809 | -13,79% |

7.4 Discussão dos resultados Apresentação e Análise

Considerando o gasto educacional por aluno o Orçamento-Programa não inclui a oferta futura de vagas, e os custos de operação do campus que precisa de infraestrutura para o aumento da demanda.

Em contrapartida os cortes constantes no Orçamento do MEC refletem a falta de investimento diante de um crescimento da demanda, e um cenário de baixa qualificação profissional, esta situação ocorre justamente em áreas tidas como estratégicas para o crescimento Econômico do país, onde mais precisaria de investimentos educacionais.

O CONIF que deveria apoiar continuamente as melhorias em infraestrutura e condições de trabalho para os servidores, assim como, promove ações estratégicas para fortalecer a internacionalização das instituições, a partir do estreitamento de relações com outros países e da consolidação de cooperações técnicas, teve uma queda.

Compreendemos que a Reitoria com suas pró-reitorias e os setores correspondentes constituem-se com a finalidade de apoiar, assistir, prestar informações, executar funções nos limites expressos nas competências setoriais, trabalhar colaborativa e cooperativamente para o crescimento de todos os campi e da Reitoria.

CAPÍTULO 8 – CONCLUSÃO

Principais Conclusões:

A análise desse estudo de caso evidencia que a ampliação do campus da IFMT, tais como o Campo Novo do Parecis que é nossa base de análise, fomentada que os recursos baseados em Orçamentos-Programa não viabilizam as intemperes tais como infra- estrutura para alocação de mais alunos assim como serviços técnicos-administrativos necessários para atendimento de uma demanda maior.

Em contrapartida o Orçamento do MEC foi impactado diretamente pela emenda constitucional de congelamento de gastos para os próximos 20 anos aprovado pelo Congresso Nacional. Antes da mesma as IFET's já enfrentavam o crescimento da demanda e a baixa capacidade de obter recursos juntos ao Governo Federal que ao viabilizar o seu orçamento já vinham absorvendo cortes no Orçamento.

8.3 Limitações do Estudo

A pesquisa tem como limitadores a avaliação do consumidor final, que são os discentes do Campo Novo do Parecis, somente os mesmos, podem dar a dimensão da do quanto afeta a qualidade do ensino ofertado a falta de financiamento Público e como a instituição diante desse cenário de cortes constantes estão viabilizando seus LOA, através de receitas próprias, garantido na Lei.

8.4 Propostas de Investigações Futuras

A inevitável austeridade fiscal no futuro próximo reforça a necessidade de analisar educação não como gasto e sim como investimento

A proposição relativa ao futuro IFET's e em especial Campo Novo do Parecis o impacto de longo prazo, relativa à falta de investimento adequado.

REFERÊNCIAS

- AVILA, Carlos Alberto. **Orçamento Público**. Editora E-Tec. Brasil.
- CIDADANIA E CONTROLE SOCIAL. 2.8 - Despesas Públicas sob o enfoque orçamentário. **Gestão Orçamentária E Financeira**. Brasil. 2019. Disponível em: <https://ead.tce.mt.gov.br/theme/bcu/gestor2/?mod=2&p=m2u2t8>
- MACHADO. **Sistema de Informação de Custo: Diretrizes para Integração ao Orçamento Público e a Contabilidade Governamental**. Brasil. 2002. Disponível em: http://antigo.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fNelson_Machado_Tese_Doutorado.pdf
- MEC. **Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. (Sistec)**. Brasil. Brasília. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sistec-inicial/>
- MIRANDA, Ticiane. **As Mulheres executivas e seus estilos de Gestão**. Brasil. Rio De Janeiro. 2012. Disponível em: https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/g201118.pdf
- NASCIMENTO, Scheilyene. **Internet, globalização, resiliência e motivação**. Brasil. 2013. Disponível em: <https://prezi.com/ogop9trblb7f/internet-globalizacao-resiliencia-e-motivacao/>
- PADILHA, R. P. **Planejamento Dialógico: Como Construir O Projeto Político Pedagógico Da Escola**. Brasil. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasil. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- PORTAL IFMT. Brasil. 2019. Disponível em: <http://ifmt.edu.br/>
- ROSSETI. **Introdução a Economia. Abrangência e limitações da economia**. Brasil. Editora. Aclar. 1998.
- SILVEIRA, Nauana. **Alinhamento entre o Planejamento Estratégico e o Planejamento Orçamentário em uma Instituição Pública Federal de Ensino**. Brasil. São Paulo. 2016. Disponível em: www.congressosp.fipecafi.org

VIEIRA. Mikael. **Importância do orçamento público para a gestão pública no município de Rolim de Moura / RO.** Disponível em: file:///C:/Users/computador/Downloads/137-476-1-PB.pdf

Apêncices: